

Líderes aprovam as medidas

O "pacote" fiscal que o governo enviará hoje ao Congresso vai isentar do pagamento do Imposto de Renda retido na fonte os assalariados que recebem até cinco salários mínimos (Cr\$ 3 milhões). Os assalariados com dependentes estarão isentos do Imposto de Renda retido na fonte até a faixa de sete salários mínimos (Cr\$ 4,2 milhões).

O maior peso das alíquotas do Imposto de Renda recairá sobre os rendimentos acima de 50 salários mínimos (Cr\$ 30 milhões), conforme informou ontem o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, após a reunião do Conselho Político convocada pelo presidente José Sarney para a apresentação do conjunto de medidas econômicas que o governo submeterá ao Congresso. A reunião durou quatro horas — entre 9h30 e 13h30 — e dela participaram também os ministros da Fazenda, Dilson Funaro, e do Planejamento, João Sayad.

Entre as outras medidas



Humberto Lucena

do "pacote" está o envio ao Congresso de uma proposta de privatização total e parcial de um conjunto de dezessete empresas estatais. A revelação foi feita após a reunião pelo líder do governo no Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB). O senador não soube precisar, porém, quais as empresas que serão incluídas no rol das privatizáveis. Algumas terão seu capital aberto e outras serão vendidas à ini-

ciativa privada. Segundo Humberto Lucena, o governo pretende economizar Cr\$ 10 trilhões com o corte no custeio das estatais e aplicar nos programas de alimentação, saúde e educação, em 1986, um total de Cr\$ 74 trilhões, que beneficiaria entre 15 milhões e 20 milhões de pessoas.

Ainda de acordo com o senador Chiarelli, haverá tributações sobre o mercado de ações e cortes severos nos gastos das empresas estatais, pondo fim a mordomias e limitando os gastos de custeio. Segundo ele, o "pacote" fiscal vai suavizar a situação dos contribuintes, pois cerca de 90% serão beneficiados com a isenção do Imposto de Renda retido na fonte, como relata a repórter Helena Daltro.

No caso dos cortes nos gastos do setor público, o governo pretende restringir o uso de carros oficiais, segundo revelou o senador Humberto Lucena ao repórter Aldo Renato Soares. Atualmente, 1.200 funcionários usam carros oficiais sem ter direito. A partir das medidas do governo, somente terão direito aos carros oficiais os ministros de Estado, secretários gerais de ministérios e os presidentes das empresas estatais.

Lucena garantiu que não serão feitos cortes nos investimentos das estatais nem demissões de funcionários. Os motoristas que ficarem sem emprego serão reaproveitados em outras funções, assinalou.

Tanto o líder do PMDB quanto o do PFL acreditam numa aprovação tranqüila, pelo Congresso, das medidas a serem propostas pelo governo. Chiarelli lembrou que a isenção do Imposto de Renda recolhido na fonte contribuirá para aumentar o poder real de compra dos assalariados, que, segundo disse, vão ficar livres para aplicar a quantia antes retida pelo Imposto de Renda em alimentos e bem-estar social.

"O projeto tem absoluta densidade política e sensibilidade social, e tenho certeza de que passará tranqüilamente no Congresso", enfatizou Chiarelli. Humberto Lucena, por sua vez, também saiu da reunião convencido de que não haverá dificuldades para aprovação do "pacote" no Congresso.